

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Faculdade de ciências jurídicas e sociais – FAJS

Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

RAFAELA FRAGA VELOSO

**TEORIA DE GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS: UM ENSAIO SOBRE A
TRANSGENERIDADE EM CONTEXTO MILITAR NO BRASIL.**

BRASÍLIA – DF

2021

RAFAELA FRAGA VELOSO

**TEORIA DE GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS: UM ENSAIO SOBRE A
TRANSGENERIDADE EM CONTEXTO MILITAR NO BRASIL.**

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientadora: Prof. MSc. Fernanda Luiza Silva de Medeiros.

BRASÍLIA – DF

2021

RESUMO

Este referente trabalho tem como objetivo analisar a realidade vivida por pessoas transgênero em contexto militar a nível doméstico e internacional. Em primeira mão, analisamos o atual contexto da Teoria de Gênero das Relações Internacionais e abordamos a temática das mulheres em contexto geral e militar, pois estas deram abertura ao referente tema. Em seguida, observamos terminologias que abrangem a temática, como diversidade, transgeneridade e transexualidade; bem como a analisamos a realidade da comunidade LGBTQIA+, para então darmos visibilidade a transgeneridade em contexto social e militar. Nesse sentido, utilizamos de Teoria de Gênero, Pós-colonialismo e Defesa aos Direitos Humanos a fim de compreender a temática.

Palavras-chave

Identidade de gênero. Transgeneridade. Transgênero em contexto militar. Diversidade. Teoria de Gênero nas Relações Internacionais. Pós-colonialismo. Direitos Humanos. Transgêneros no Brasil. Transgêneros nos Estados Unidos.

ABSTRACT

This referent work aims to analyze the reality experienced by transgender people in a military context at a domestic and international level. First-hand, we analyze the current context of the Feminist Theory in International Relations and approach the issue of women in a general and military context, as they opened up the referent topic. Then, we look at terminologies that cover the theme, such as diversity, transgender and transsexuality; as well as we analyze the reality of the LGBTQIA+ community, so that we can give visibility to transgenderism in a social and military context. In this sense, we use the Theory of Gender, Postcolonialism and Defense of Human Rights in order to understand the theme.

Keyword

Gender identity. Transgender. Transgender in a military context. Diversity. Feminist Theory in International Relations. Postcolonialism. Human rights. Transgender in Brazil. Transgender in the United States.

INTRODUÇÃO

Atualmente, os estudos sobre sexualidade, gênero e suas identidades integram um coletivo que busca melhorar a qualidade de vida das pessoas que não se encaixam nos padrões de heteronormatividade – aqui, na maioria dos casos, dignidade e princípios básicos – e vive uma exclusão histórica social. Portanto, explicita-se a importância de abordar temas como a inserção das mulheres nas forças armadas, a comunidade LGBTQAI+ nesses mesmos espaços e as questões de gênero e reconhecimento de identidades. Toda essa questão é posta, como diria Cynthia Enloe, como algo “natural”, pois investigar a fundo exige energia:

Assuma, por exemplo, o adjetivo denominado “natural”. Se alguém pressupõe que algo é natural —gerais sendo homens, trabalhadoras de vestuários sendo mulheres — econômica energia mental. Afinal, o que é considerado natural não foi criado de maneira consciente. . Nenhuma decisão teve que ser feita.¹

Uma vez que nenhuma decisão precisa ser tomada em contextos tidos como “naturais”, o desfecho é a noção de que não há nada para ser investigado. Dessa forma, é construída a necessidade de analisarmos o cenário internacional sob a ótica da Teoria de Gênero e, no caso do referente trabalho, a realidade de certos níveis do contexto militar. Não há nada de natural com a generofobia, e sim uma construção social do padrão normativo a ser seguido para facilitação de decisões sociais, afinal tudo aquilo que é “diferente” do costume individual gera incômodo.

Tradicionalmente, as forças armadas, a diplomacia e a ciência da política internacional são espaços de predominância masculina. Bem como, Política Internacional é um escopo de poder e conflito em que a guerra é uma pauta renomada na visão de autoras como Ann Tickner (1988)². A consequência disso é uma série de preconceitos e desigualdade dentro do espectro da identidade de gênero.

Dito isso, o referente trabalho analisa a realidade da vivência de pessoas transgênero primeiramente no contexto social, para então esclarecer-se o nível militar. Para tal, faremos uma breve análise do sexismo histórico como caráter normativo e da realidade das mulheres

¹ No original: “Take, for instance, the loaded adjective “natural.” If one takes for granted that something is “natural”—generals being male, garment workers being female—it saves mental energy. After all, what is deemed natural hasn’t been self-consciously created. No decisions have to be made.” (ENLOE, Cynthia. **The curious feminist: searching for women in a new age of empire**. University of California Press, 2004. pp. 2.)

² TICKNER, J. Ann. **Hans Morgenthau's principles of political realism: A feminist reformulation**. Millennium, v. 17, n. 3, p. 429-440, 1988.

no militarismo, pois estas deram início ao estudo de gênero em questão. Em seguida, observamos o espectro geral da comunidade LGBTQAI+ nos quartéis e depois iremos elucidar terminologias como transgeneridade e transexualidade iluminando o significado da diversidade nesse contexto. Por fim, analisaremos a realidade das pessoas transgênero no meio social e no militarismo abordando contextos gerais e casos individuais; aqui escolheu-se redigir sobre o caso do Brasil e dos Estados Unidos por serem casos notórios e próximos da realidade dos que vós fala.

Ressalto que como acadêmica de Relações Internacionais, um campo de predominância masculina no “mundo dos homens”, compreendo parte da desigualdade social vivida na modernidade. Portanto, a justificativa, tanto pessoal quanto social, para realização deste trabalho é advinda de uma vontade de contribuir para os estudos de gênero na sociedade de maneira a auxiliar na igualdade entre todos e proporcionar melhores oportunidades para aqueles que são marginalizados em diversas camadas da sociedade. Do ponto de vista acadêmico, o tema escolhido deu-se pela percepção de que havia pouca bibliografia existente sobre a transgeneridade em contexto militar e, portanto, seria importante contribuir para o tema.

1 Historicidade: sexismo como caráter normativo

Por milênios as mulheres foram discriminadas e marginalizadas pela cultura ocidental. No cristianismo, estas são responsabilizadas pelos pecados da humanidade quando Eva, ao dar ouvidos a uma cobra falante, convence Adão a comer do fruto proibido; ou são retratadas como a Virgem Maria, que em toda sua santidade imaculada deu vida ao menino Jesus. Ou seja, a mulher é vista como uma figura antagônica de “santa” ou “profana” e a ela não é aceita a figura de “ser humano” ou a igualdade com os homens que sempre puderam errar por serem considerados “humanos”. Muitas delas ao discordarem da igreja ou pensarem por si só foram denominadas bruxas ou prostitutas.

Análoga a essa distorção do papel feminino social, está a repressão da sexualidade como algo “sujo” e impuro implementada pela igreja nos primórdios da sociedade contemporânea. Um exemplo disso retratado no cristianismo é o caso dos habitantes de Sodoma e Gomorra que foram dizimados a mando do próprio Deus em função de suas práticas sexuais. Sendo assim, durante a idade média mulheres e pessoas de comportamentos considerados subversivos - aqui adentra-se a diversidade sexual fugindo do caráter da heteronormatividade - eram presas, torturadas e executadas com os mais variados requintes de crueldade. Até mesmo a demonstração de interesse por campos do conhecimento como a

ciência e a matemática era tomada como desvio de comportamento e justificava as atrocidades cometidas pela igreja.³

A construção do sexismo não para por aí, este foi defendido por grandes nomes na história como Aristóteles e Darwin. Ambos acreditavam que o homem e a mulher são seres completamente distintos; Darwin afirma:

O homem é mais poderoso em corpo e mente que a mulher, e no estado selvagem ele a mantém numa condição de servidão muito mais objeta que o faz o macho de qualquer outro animal, portanto não surpreende que ele tenha ganhado o poder de seleção.⁴

Esse tipo de pensamento era aceito na época e, até meados do Séc. XIX, foi reforçado por pensadores de importância a nível mundial. Rousseau, Schopenhauer, Freud, Nietzsche, dentre outros, são exemplos de nomes que remontam estudos de importância imensurável para história, porém que fazem parte da criação do patriarcado. Todavia, há de se pensar no mundo ao qual eles estavam imersos; determinismo fisiológico era o padrão da época. A crença era de que comportamentos e desigualdades puramente sociais eram pautados por características fisiológicas e genéticas. A ciência é vista como uma área sem discriminação e puramente neutra, mas boa parte da ciência produzida no séc. XIX foi fomentada por preconceitos e padrões sociais. Padrões estes que foram construídos a partir de um caráter antagônico da história, como afirma Hobsbawm:

É claro que o mais comum é o pesquisador internalizar essas exigências, que assim se tornam características da ciência, ou melhor (considerando que engajamento implica um adversário), da ciência “certa” contra a ciência “errada” — da história das mulheres em oposição à história masculina chauvinista, da ciência proletária em oposição à ciência burguesa, e assim por diante.⁵

É exatamente essa categoria antagônica que a Teoria de Gênero busca estudar a fim de analisar a política internacional sob outra perspectiva.⁶ Nesse contexto, precisamos chegar à raiz do problema que no caso da noção de “inferioridade feminina” remonta-se à Grécia Antiga. O discurso de Aristóteles é baseado na ordem e hierarquia e mantém-se focado na

³ LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo, Cultrix, 2019.

⁴ DARWIN, Charles. **A origem do homem**. Vol. 2, 1871.

⁵ HOBBSBAUM, Eric. **Sobre história**. Janeiro de 2013. Pg. 136.

⁶ ENLOE, Cynthia. **The curious feminist: searching for women in a new age of empire**. University of California Press, 2004.

diferença entre os gêneros. É com base nisso que ele analisa tudo de forma dual e antagônica; masculino e feminino, seco e úmido, quente e frio, reto e curvo, e etc. Portanto, é compreensível como chegamos à tal forma sexista da sociedade; remonta-se aos gregos, passa por uma série de estudos científicos influenciados por uma sociedade cristã e chega aos dias atuais.

Para Ann Tickner (1988)⁷ e Cynthia Enloe (1993)⁸ as Relações Internacionais são, de modo geral, um campo masculino formado por homens e para os homens. Elas afirmam que o problema prático aqui não é apenas de representatividade, mas uma questão estrutural. Portanto, encontramos uma perspectiva masculina do cenário internacional tanto no campo teórico, quanto na prática; os tópicos abordados nas discussões internacionais são tópicos de afinidade masculinas, afinal este é o mundo dos homens. Com isso, a inclusão e inserção tanto de pessoas transgênero, quanto das mulheres no militarismo é um desafio internacional, pois a realidade traz como consequência a desigualdade de gênero.

2 A presença feminina no militarismo: quadro geral

Mesmo diante desse cenário hostil, algumas mulheres tiveram contribuições fundamentais no desenvolvimento dos campos do conhecimento antes restritos aos homens - como Marie Curie; e participações em contextos militares - como Joana D'Arc. Apesar do século XIX ainda ser pautado por uma ciência masculina, eclodiu na Inglaterra a luta das mulheres por direitos políticos, conhecida como Movimento das Sufragistas.

Além de uma nova geração de mulheres buscando inserção acadêmica, política e econômica, o começo do século XX também foi marcado por duas guerras de proporções inéditas. A então União Soviética recrutou milhares de mulheres para atuarem pilotando aviões ou como franco-atiradoras. Em seus livros *Avenging Angels* e *Defending Motherland*⁹ a pesquisadora russa Lyuba Vinogradova conta as histórias dessas mulheres que enfrentavam uma dupla batalha: uma contra o exército inimigo e outra contra os abusos de seus colegas homens. Segundo a autora, mesmo heroínas de guerra como Liudmila Pavlichenko - responsável pela morte de 309 soldados nazistas, não puderam continuar no meio militar após a guerra e sofreram hostilidade por parte da sociedade quando retornaram para casa.

⁷ TICKNER, J. Ann. **Hans Morgenthau's principles of political realism: A feminist reformulation.** Millennium, v. 17, n. 3, p. 429-440, 1988.

⁸ ENLOE, Cynthia. *The morning after: Sexual politics at the end of the Cold War.* Univ of California Press, 1993.

⁹ VINOGRADOVA, Lyuba. **Avenging Angels and Defending Motherland.** 1941 - 1945.

Nos Estados Unidos e na Europa, os esforços de guerra exigiram a convocação de mulheres para as indústrias de armas. Não só isso, com a queda vertiginosa do número de homens, as ligas de esporte profissionais passaram a fazer torneios com times femininos, como foi o caso da *AAGPBL - All-American Girls Professional Baseball League*. Portanto, observamos que as mulheres são inseridas no militarismo apenas quando necessário e que uma vez exercidas suas funções elas são descartadas. Esse cenário ocorre tanto no nível doméstico, quanto no internacional como veremos a seguir.

2.1 Nível doméstico e internacional

A presença feminina nas forças armadas brasileiras iniciou-se, oficialmente, em 1980 com a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM). Apesar do pioneirismo da Marinha Brasileira, as mulheres possuíam acesso limitado a determinados cargos e serviços em terra, e apenas em 1997 houve a ampliação de seus postos e direitos nesse contexto.¹⁰ No geral, o grande conjunto de mudanças para mulheres no Brasil, ambos em diversos contextos e em contexto militar, veio a partir dos anos 1980 com o aumento da bancada feminina no congresso, a criação de delegacias para o atendimento de mulheres vítimas de violência e a abertura das escolas militares para a inserção de mulheres.

A vida militar é, tradicionalmente, associada ao risco, à necessidade de praticar a violência, à disciplina, ao esforço físico, à integridade moral, à obediência e ao afastamento da família – todas características, até então, vistas como masculinas – o que dificultou, histórica e socialmente, a inserção e aceitação da mulher na carreira. Dessa forma, por muito tempo a mulher no contexto militar foi dada o papel de esposa e a ela impostos os constrangimentos providos da profissão do marido. Atualmente, segundo dados do Ministério da Defesa, as mulheres compõem cerca de 10% da marinha, 13,78% da Aeronáutica e 3,2% do Exército. Apesar de sua presença nesses espaços, as forças armadas continuam se destacando pelo monopólio legítimo do uso da força para atender os interesses dos Estados recaindo sobre liderança de homens que, de acordo com estruturas patriarcais, são socializados como viris e poderosos.

¹⁰ **O reconhecimento da MB à importância das mulheres nas Forças Armadas: da Guerra do Paraguai aos dias atuais.** Disponível em < a_importância_das_mulheres_nas_fa.pdf >. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

Uma vez que as mulheres são vistas como pessoas que necessitam de proteção, sua entrada na vida militar é admitida desde que limitadas às suas funções administrativas. Elas acabam sendo excluídas de atividades que são consideradas de risco e esforço físico dentro e fora dos quartéis. Portanto, mesmo que inseridas na carreira militar, elas raramente chegam a altos cargos e raramente vão à guerra. Nesse contexto, a mulher é vista como um “empecilho para o homem” em combate e “não compatível” com a guerra, dadas suas características femininas de fragilidade.¹¹ Fato que se justifica não apenas pelas diferenças biológicas entre o corpo masculino e feminino, mas também pela dicotomia instituída que caracteriza homens e mulheres entre forte/frágil, racional/emocional, viril/afeminado, dentre outros como afirma Bourdieu (2002)¹².

As justificativas para a desigualdade em contexto militar são, no geral, as mesmas por todo o globo, inclusive no Brasil. Além da questão da necessidade de proteção das colegas femininas, algumas pesquisas afirmam que as mulheres trazem uma “feminilização” do contexto militar e causam o “amolecimento” do ambiente profissional.¹³ Outra questão mais delicada é o abuso do poder pelos homens cujo, nas palavras de Virginia Woolf, é explicado pelo “poder hipnótico da dominação”:

Inevitavelmente, nós consideramos a sociedade um lugar de conspiração... Lugares em que, ordenado de ouro ou de púrpura, enfeitado de plumas como um selvagem, ele realiza seus mitos místicos e usufrui dos prazeres suspeitos do poder e da dominação, enquanto nós, ‘suas’ mulheres, nos vemos fechadas na casa das famílias, sem que nos seja dado participar de nenhuma das numerosas sociedade de que se compõe a sociedade.¹⁴

Essa dominação mais visível a nível doméstico é, para Bourdieu (2002), uma relação de dominação que perpetua as instâncias da Escola e do Estado, lugares de elaboração e de princípios de dominação. Nas palavras do autor “é um campo de ação imensa que se encontra aberto às lutas feministas” e dessas lutas abre-se um leque de possibilidades para as lutas políticas contra toda forma de dominação. Observamos então que o pensamento antagônico entre feminino e masculino ditou o funcionamento da ordem social e a divisão laboral do trabalho em todas as esferas da sociedade.

¹¹ MILLER, Laura L. “**Feminism and the Exclusion of Army Women from Combat**”, Gender Issues, Vol. 16, No. 3, Summer 1998, pp. 33-64.

¹² BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2º Edição. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2002

¹³ MILLER, Laura L. “**Feminism and the Exclusion of Army Women from Combat**”, Gender Issues, Vol. 16, No. 3, Summer 1998, pp. 33-64.

¹⁴ V. Wolf. *trois guinées*, trad V Forrester, Paris, Édition des femmes, 1977, p. 200.

Ao longo das últimas décadas diversas manifestações sociais foram deflagradas exigindo equidade de direitos para mulheres, negros e, mais recentemente, pessoas LGBTQ+. Membros deste último grupo deixaram de viver nas sombras e passaram a exigir direitos civis como união estável - antes restrita apenas a casais heteroafetivos, e aceitação de suas identidades de gênero em ambientes profissionais, políticos e militares. E é sobre este último tópico que daremos enfoque a seguir.

3 A comunidade LGBTQIA+ nos quartéis

Em primeira mão, devemos observar que apesar da comunidade LGBTQIA+ toda passar por uma série de exclusões e preconceitos dentro do militarismo, a mulher homossexual é vista como uma mulher masculinizada. Essa visão estereotipada e, muitas vezes, errônea torna essa mulher mais apta, na visão de seus colegas, para atividades militares. É notório que elas não estão exclusas da dificuldade de inserção no meio, porém são aceitas com maior facilidade.

Dito isso, a percepção militar com relação às mulheres e a comunidade LGBTQIA+ nos quartéis se difere no que diz respeito aos motivos pelos quais esses dois grupos sofrem exclusão e, a nível internacional, essa percepção pouco se difere do nível doméstico. Como já dito, as mulheres são vistas como necessitadas de proteção e fragilidade, o que leva à exclusão destas em certos momentos e atividades. Em contrapartida, os homens homossexuais e transgêneros são vistos, em geral, como portadores de um desvio de comportamento que ameaça o funcionamento moral do ambiente militar e das instituições no geral.¹⁶ Isso ocorre por uma série de fatores. Por exemplo, foi somente em 2018 que a transexualidade deixou de ser considerada um distúrbio e foi retirada da lista de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS).¹⁷

Essa ótica de “moral” virilizada contextualizada no meio militar viabiliza condutas discriminatórias contra a diversidade sexual e é reforçada pela implementação de modelos heterossexuais dominantes em diversas sociedades pelo mundo. Explicita-se aqui o caráter internacional da questão posta. Vê-se a heterossexualidade como caráter normativo implementada em culturas milenares como na China e Oriente Médio no geral, até no Ocidente,

¹⁶ MILLER, Laura L. & WILLIAMS, John Allen. **Do military policies on gender and sexuality undermine combat effectiveness?** In FEAVER, Peter e KOHN, Richard H. *Soldiers and civilians: the civil-military gap and American national security*. MIT Press, 2001

¹⁷ ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **La Organización Mundial de la Salud (OMS) publica hoy su nueva Clasificación Internacional de Enfermedades (CIE-11)**. 2018. Disponível em: <<https://www.who.int/>> Acesso em: 15 de agosto de 2021.

como na Europa e América. A razão disso está na construção da figura feminina e masculina como “opostos complementares” implementada por ideologias culturais e/ou religiosas, variando com a construção histórico-cultural de cada sociedade. Sendo assim, a heterossexualidade reduziu o tratamento igualitário entre as demais manifestações sexuais e, apenas no século passado a diversidade sexual foi reconhecida e posta como objeto de estudo das relações interpessoais e da natureza humana.¹⁸

No que tange a transgeneridade, a comunidade LGBTQIA+ como um todo vem solicitando tratamento igualitário e acesso aos mesmos direitos que os demais cidadãos a anos, sendo que uma de suas pautas é a possibilidade da transição de sexo biológico e adequação física com suas mentes; bem como à alteração de registro civil de nome social para pessoas trans. No militarismo, essa questão se abrange ao alistamento militar de homens trans como veremos a seguir.

4 Terminologias: transgeneridade e diversidade

Para que se entenda de fato o tema, ressaltamos a diferença entre pessoas transgênero e transexuais. A terminologia “transgênero” é utilizada como uma espécie de "espectro" para representar toda a diversidade trans que enquadra travestis, não binárias, transexuais, dentre outros. O termo transgênero engloba qualquer indivíduo que possua uma identidade de gênero diferente do sexo que lhes foi designado no momento do nascimento e foi cunhado em 1960 pelo psiquiatra americano John Oliven da Universidade de Columbia no livro *Higiene y Patologia Sexual*¹⁹.

É importante destacar que a identidade de gênero nada interfere na opção sexual do indivíduo; portanto, uma pessoa trans pode ser heterossexual, bissexual, homossexual ou pansexual. Não obstante, um indivíduo que se reconhece como transgênero não necessariamente é transexual; aqui o debate inicial costuma fazer referência por questões genitálias e cirúrgicas. Ou seja, a pessoa transexual é aquela que passou pelo processo cirúrgico e/ou tratamento hormonal como parte do processo de transição de gênero. Todavia, essa definição é de certa forma ultrapassada, uma vez que gênero é uma identificação individual.²⁰

¹⁸ SOARES, Douglas; PEREIRA, Gabrielle. **A transição do alistamento militar para transgêneros masculinos nas forças armadas no Brasil**. Revista Pensamento Jurídico – São Paulo – Vol. 13, Nº 2, jul./dez. 2019.

¹⁹ OLIVEN, John. **Higiene y patologia sexual**. University of Columbia. 1960.

²⁰ DINIS, Nilson. **Educação, relação de gênero e diversidade sexual**. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/nTn98Ch9xWZdqbcSFwXkykw/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 25 de outubro de 2021.

Diversidade de gênero acaba por ser compreendida como algo individual que pode ser elucidado pelo tema da diversidade. Esta se encontra além do sinônimo de variedade e passa por um conjunto de características que ampliam o conceito de sexo e sexualidade.²¹ O caráter “sexual” dessa temática ao longo da história passou por uma “peneira” religiosa, cultural e política que demonizam e limitam o sexo e o prazer sexual em nome de padrões heteronormativos e do que é biologicamente aceito como “naturalizado de reprodução”. Essa mesma sexualidade se manifesta dentro da diversidade de gênero e até meados do Séc. XX era explicada como masculino e feminino, o que facilitava uma compreensão da manifestação da diversidade sexual e agradava os padrões sociais. Todavia, o sexo de nascimento falhou ao explicar aquilo que seria “desconhecido”, não pode explicar orientação sexual ou identidade de gênero. Por isso, tentar definir “gênero” passou a ser um pensamento retrógrado e a diversidade algo digno de respeito.

Apesar do avanço na temática, as pessoas transgênero ainda vivem uma dupla marginalização pela sociedade, pois não se encaixam nos padrões de sexo e gênero; masculino e feminino. Sendo assim, buscamos compreender identidade de gênero como a representação de uma experiência única, tendo implicação ou não com o sexo atribuído no nascimento. Isto é, para muitos autores, a adequação do corpo físico do indivíduo com sua mente independentemente de seu sexo biológico e que traga satisfação e reconhecimento para sua vida individual e em sociedade.²²

4.1 Transgeneridade e a realidade social

A realidade das pessoas trans na sociedade brasileira é compreendida como um problema de incorporação dessas pessoas nos espaços laborais. Para muitos desses indivíduos as possibilidades se limitam à moda e questões relativas à imagem, ou, nos casos mais delicados, a prostituição acaba sendo o único meio de sustento. O problema aqui vai mais a fundo, pois mesmo nas situações em que essas pessoas executam atividades consideradas “femininas”, elas não são consideradas mulheres e a ambiguidade da questão as tornam alvo de preconceito.²³ A autora Cynthia Enloe afirma que a dicotomia masculino vs feminino e a

²¹ VERBICARO SOARES, Douglas. **La libertad sexual en la sociedad: especial referencia a la homosexualidad en las Fuerzas Armadas Brasileñas**. Salamanca, Espanha. Tese Doutoral. Universidade de Salamanca – USAL, 2015.

²² MARTINS, Ferdinando; ROMÃO, Lilian; LINDNER, Liandro; REIS, Toni. **Manual de comunicação LGBT: Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília, Brasil, 2010.

²³ NASCIMENTO, Ewerton. **Alternativas de mercado de trabalho para as travestis de Aracaju**. Aracaju, Brasil: Ministério da Justiça, 2002, 68 p.

heterossexualidade como caráter normativo trabalham por meio de coação, isto é, acusações de homossexualidade, insinuações e humilhações sexuais, chacotas relacionadas a virilidade e até mesmo deboches afirmando que estes são mulheres, como se ser mulher fosse ser inferior em questão.²⁴

A primeira mulher trans a falar diante do Supremo Tribunal Federal (STF) em defesa de pessoas como ela mudarem seu nome e gênero no registro civil foi Gisele Alessandra Schmidt e Silva de, na época, 48 anos. Gisele almejava a mudança de gênero, porém não optava pela cirurgia de transição de sexo e, por isso, seu caso era compreendido como um transtorno. Nas palavras de Gisele:

"Não somos doentes, como pretende a classificação internacional de doenças. Não sofro de transtorno de identidade sexual. Sofre a sociedade de preconceitos historicamente arraigados contra nós."²⁵

Por muito tempo a transgeneridade foi entendida como uma doença, porém o STF reconheceu o direito pleiteado naquela ação e atualmente transexuais não são mais considerados doentes mentais.

4.2.1 Transgêneros militares no Brasil

No que tange aos casos de pessoas transgênero no militarismo no Brasil, existem casos de servidores - não apenas militares, como federais e civis - que são colocados sob licença médica ou submetidos ao processo de aposentadoria compulsória por serem transexuais. Apenas em 2018 se permitiu que pessoas transgêneros masculinas pudessem realizar o alistamento militar, desde que tivessem previamente modificado seus registros civis como versa no Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que abrange sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Fato que em primeira mão parece ser inclusivo, porém gerou dúvidas quanto a realidade de igualdade entre os cidadãos na comunidade brasileira. Essa medida pode ser inclusiva, ou pode ser uma maneira de contentar momentaneamente algumas pessoas trans no recebimento do documento de dispensa do alistamento militar.

²⁴ ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics**. Second edition, University of California Press, Berkeley, 2004.

²⁵ BBC. Como ser transgênero foi de “aberração” e “doença” a questão de identidade. São Paulo, 2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44651428> > Acesso em: 25 e outubro de 2021

Recentemente, o Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro determinou que as forças armadas reconheçam o nome social de militares transgênero e proibiu o afastamento compulsório por “transexualismo”.²⁷ Afirma-se que, uma vez que a pessoa transgênero retifique seu registro civil, a decisão deve ser observada e respeitada pela Administração Pública. Todavia, a União manifestou-se no processo de maneira a declarar que a retificação do gênero após o ingresso nas forças armadas representaria um privilégio, pois permite acesso a um cargo que, por edital, seria reservado apenas a homens.

Dito isso, observamos que a retificação do gênero do militar transgênero é um ato de exercício da cidadania e afirmação dos direitos humanos. Todavia, a dificuldade enfrentada por esses indivíduos expressa claramente os Desafios da Proteção Internacional dos Direitos Humanos.²⁸ Como diria Hannah Arendt “Direito de ter direitos não é todo mundo que tem, e quando o Estado fundamenta esses direitos muitas pessoas ficam sem acesso a eles”.²⁹ Essa falta de acesso é explicada pelo pós-colonialismo como fruto do eurocentrismo e um padrão de exclusão social que veremos mais à frente ao versar sobre o nível internacional em questão.³⁰

O ambiente militar não é diferente do nível social, as condutas exigidas pelo sistema corroboram para o impedimento de ingresso das pessoas trans na carreira; bem como, proíbe que militares já ingressados efetuem o processo de transição de seus sexos biológicos. Ainda que isso ocorra de forma sutil, essas pessoas acabam prejudicadas e continuam a ser subjugadas à marginalização da sociedade. Vale ressaltar aqui a estigmatização das pessoas trans como doentes mentais, pecadoras e perigosas, características erroneamente atribuídas a elas e ressaltadas em espaços de predominância cisgênero e empoderamento do uso da força como no militarismo. É exatamente disso que trata a política de gênero do nacionalismo. A etnicidade - nesse caso, a construção de masculino e feminino nas mais variadas sociedades - é convertida em consciência nacionalista, essa consciência se torna organizada (a institucionalização da força) e, por fim, Enloe (2004) ressalta que o nacionalismo organizado se torna militarizado. Em outras palavras, o preconceito é algo construído e não naturalizado.

Exemplo de tudo isso é o caso de Maria Luiza da Silva, a primeira trans da Força Aeronáutica Brasileira (FAB) a vencer na justiça após 20 anos de batalha judicial. Maria Luiza serviu a FAB por 22 anos de modo exemplar e quando comunicou aos seus superiores sua

²⁷ UNIVERSA. **Militares trans: justiça do Rio proíbe afastamento por identidade de gênero.** 14 de outubro de 2021. Disponível em: < <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/10/14/militares-trans-justica-do-rio-proibe-afastamento-por-identidade-de-genero.htm> >. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

²⁸ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional.** São Paulo: SARAIVA, 9 eds. 2019.

²⁹ ARENDT, Hannah. **A banalidade do mal.** 1906-1975.

³⁰ BLANEY, TICKNER. **Worlding, Ontological Politics, and the Possibility of a Decolonial IR.** *Millennium: Journal of International Studies.* The Author(s) 2017.

identidade de gênero - tornando-se a primeira pessoa transgênero das Forças Armadas brasileiras - foi submetida a uma aposentadoria forçada por sua condição. Após mais de 2 décadas, o Superior Tribunal de Justiça (STF) reconheceu, no dia 23 de maio de 2021, que ela sofreu discriminação e concedeu a ela o direito de receber aposentadoria.³¹ Apesar de não anular os traumas que Maria Luiza sofreu, esse é um marco histórico do direito no Brasil, principalmente num momento de ascensão do conservadorismo no país. Hoje Maria Luiza possui um documentário feito em sua homenagem pelo brasileiro Marcelo Díaz que relata todo o preconceito sofrido pela mulher transgênero.

Percebemos, então, que existe uma certa “vontade” ou “necessidade” de “descartar” essas pessoas no meio militar e no nível social como um todo, porém a razão disso vai muito além de uma análise, como afirmaram as primeiras estudiosas feministas, fundamentada na experiência feminina e masculina de nacionalismo. A questão é pautada pelas tomadas de decisões a nível internacional e doméstico; e decisões envolvem poder (ENLOE 2004:104). Isto é, essa construção do “homem militarizado” que repercute na dificuldade de inserção das pessoas trans no militarismo, dá-se através da descrição de “homens de poder” que acabam sendo camuflados como atores não sexistas e elucidados como “naturalmente militarizados”.

4.2 Transgêneros militares nos Estados Unidos

Em um estudo feito por Gates e Herman³², em 2014, foram estimados cerca de 15.500 indivíduos transgênero em serviço ou como reservistas nos Estados Unidos. Também foram estimados 134.300 veteranos ou reformados da guarda ou da reserva. Também foi apontado por este estudo que os norte-americanos transgênero tendem duas vezes mais a servir nas Forças Armadas do que os demais cidadãos.

Em outro estudo, M. L. Brown e Rounsley (1996)³³ apontam que mais da metade de seus pacientes transgênero haviam servido de maneira honrosa tendo ou não migrado de gênero. Porém, a política do “Não pergunte, não conte” (“Don’t ask, don’t tell” - DADT)

³¹ EL PAÍS. Primeira trans da FAB vence batalha na justiça: “me tirar da aeronáutica foi como me tirar de casa”. Junho de 2020. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-03/primeira-trans-da-fab-vence-batalha-na-justica-me-tirar-da-aeronautica-foi-como-me-tirar-de-casa.html> >. Acesso em: 27 de outubro de 2021.

³² Gates, G. J., Herman, J. L. (2014). Transgender military service in the United States. retirado de <http://williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/Transgender-Military-Service-May-2014.pdf>

³³ Brown, M. L., Rounsley, C. A. (1996). True selves: Understanding transsexualism—For families, friends, coworkers, and helping professionals. San Francisco, CA: Jossey-Bass.

promulgada pelo Presidente Bill Clinton em 1993 trouxe dificuldades para os grupos LGBTQIA+. A lei tinha como intuito tornar possível a essa população servir nas forças armadas desde que eles concordassem em “permanecer no armário”. Em suma, essas pessoas não poderiam falar, agir, ou demonstrar de qualquer maneira suas orientações sexuais sob pena de expulsão³⁴.

A lei foi revogada apenas 18 anos depois, durante a gestão de Barack Obama permitindo às pessoas LGBTQIA+ servirem abertamente. Porém, o grupo dos transgêneros foi deixado de fora, forçando indivíduos a manterem sua orientação em sigilo por medo de serem expulsos e/ou perderem certos benefícios. Outros recrutas transgênero foram rejeitados mesmo tendo aptidão física para servir³⁵. Segundo estudo de Parco, Levy e Spears³⁶, incide alto grau de ansiedade sobre pessoas trans alistadas devido a esse duplo posicionamento.

Uma vez que a consciência nacionalista vira militarismo, ela alimenta a violência e reforça padrões de masculinidade, como afirma Enloe (2004). Portanto, na visão militar as pessoas trans precisam ser “marginalizadas” para que a instituição militar continue com seu espaço e mantenha suas tradições. Adentramos, portanto, nos discursos de presença e ausência da modernidade ressaltados por Rob B. J. Walker (2006)³⁷; este reafirma a subjetividade e pluralidade do mundo moderno e aponta o significado dessas formas de exclusão para a inclusão de aspectos da modernidade. O que chamamos de internacional moderno foi alcançado por meio de um padrão de exclusão da natureza e construção de categorias dentro das culturas, o que explica a noção da “armadilha singular” de Blaney e Tickner (2017)³⁸ que será compreendida a seguir.

Os estudos clássicos de RI tomam como pressuposto a solução dos problemas para um mundo unitário e singular, quando na verdade Blaney e Tickner (2017) afirma que vivemos em um mundo plural composto por uma série de dominações - nesse caso, a dominação masculina - e pensar num sistema categorizado é, nada menos que, uma “armadilha singular” que constitui um etnocentrismo difundido onde o Ocidente define as agendas globais e o homem cisgênero, detentor do poder, dita as tomadas de decisões. Ou seja, a realidade dos

³⁴ Feder, J. (2013). “Don’t Ask, Don’t Tell”: A legal analysis. Retrieved from <https://www.fas.org/sgp/crs/misc/R40795.pdf>

³⁵ ROSS, A. **The invisible army: Why the military needs to rescind its ban on transgender service members.** Southern California Interdisciplinary Law Journal, 2013. Pg 185-215.

³⁶ PARCO, J. E. LEVY, D. A. SPEARS, S. R. **Transgender military personnel in the post-DADT repeal era: A phenomenological study.** Armed Forces & Society, 2015. Pg 221-242.

³⁷ WALKER. **The double outside of the modern international.** *Ephemera/global conflicts, theory and politics in organization.* Vol. 6, No. 1 (2006), pp. 56-69.

³⁸ BLANEY, TICKNER. **Worlding, Ontological Politics, and the Possibility of a Decolonial IR.** *Millennium: Journal of International Studies.* The Author(s) 2017.

militares trans é uma questão enraizada na sociedade desde a colonização e é difundida por uma série de denominações advindas do poder como característica da masculinidade hegemônica. Não obstante, uma vez que Walker (2006) explicita que o internacional moderno “exclui” para incluir categoricamente essas pessoas são marginalizadas, pois não se encaixam nos padrões do militarismo.

Advindo dessas consequentes dominações, Cynthia Enloe (2005)³⁹ afirma que surgem conceitos como segurança e guerra que proporcionam uma visão dominante do campo do militarismo como o campo “dos homens”, o que confere as pessoas transgênero uma marginalização nessa área. Sob a ótica de gênero, Tickner (1992)⁴⁰ declara que a segurança e igualdade entre gêneros – e aqui inclui-se diversidade – jamais seriam alcançadas, ao menos que as estruturas de poder desiguais de gênero, classe e raça fossem eliminadas ou, pelo menos, reduzidas.

5. Conclusão

A fim de compreender a realidade das pessoas transgênero em contextos militarizados, foi observado o contexto geral dessas pessoas, bem como cenários específicos. Observamos então que elas sofreram e ainda sofrem preconceito tanto no meio militar, quanto em diversas escalas da sociedade devido a um padrão heteronormativo presente estruturalmente no nível doméstico e internacional. Apesar de uma certa melhora no quadro, ainda há a presença de uma exclusão “velada” que proporciona leis para defender o direito desses cidadãos, porém na prática repercute a exclusão e reforça padrões.

Para que essa análise pudesse ser produzida, a referente pesquisa buscou compreender a circunstância da Teoria de Gênero das Relações Internacionais e deu início através do tema das mulheres em contexto militar, pois estas possibilitaram abertura para a temática da transgeneridade, bem como iluminaram questões como a diversidade sexual e o preconceito existente com relação a esse tema. Em seguida, buscou iluminar o significado de certas terminologias como diversidade, transgeneridade e transexualidade, para que não houvesse uma confusão com relação a abrangência do tema.

³⁹ ENLOE, Cynthia. **What if patriarchy is “the big picture”? An afterword.** Gender, conflict, and peacekeeping, 2005.

⁴⁰ TICKNER, J. Ann. **Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security.** Columbia University Press, 1992.

Dito isso, apresentou um panorama da realidade das pessoas transgênero, para então compreender o que ocorre com essas pessoas a nível militar. Para tal, observou-se o caso brasileiro, em que a lei de modificação de documento de registro para pessoas transgênero só foi criada em 2016; e mesmo assim não há reais medidas inclusivas e/ou campanhas de inclusão e aceitação social dentro e fora dos quartéis. Em seguida, adentramos ao caso do Estados Unidos onde, atualmente, as pessoas trans são literalmente deixadas de lado.

Portanto, foi possível perceber que questões como o caráter de dominação masculino sobre o feminino abrangem-se a questões de identidade e militarismo a nível internacional. Ou seja, o militarismo é um padrão de dominação de um sobre o outro; de guerra; e de imposição de padrões.⁴¹ Não obstante, o nacionalismo militarizado reforça padrões de masculinidade e violência;⁴² bem como, os padrões de exclusão da modernidade que, difundidos pelo eurocentrismo numa realidade Pós-colonial, pautam de caráter heteronormativo e excluem categoricamente todos aqueles que não se encaixam nesse padrão.⁴³ O que ocorre aqui é a marginalização dos transexuais em diversos níveis da sociedade.

Dito isso, a Teoria de Gênero afirma que a única possibilidade de melhora nesse cenário seria extinguir ou ao menos diminuir estruturas que reforçam esses padrões, pois essa é uma questão estrutural.⁴⁴ Todavia, a dificuldade é visível, uma vez que o militarismo é estruturado por normas pautadas em questões de afinidade masculina como por virilidade e força.⁴⁵ Observamos então que a realidade do cenário internacional com relação a temática é um reflexo do nível doméstico de imposição de padrões de heteronormatividade.

⁴¹ BLANEY, TICKNER. **Worlding, Ontological Politics, and the Possibility of a Decolonial IR.** *Millennium: Journal of International Studies*. The Author(s) 2017.

⁴² ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics.** Second edition, University of California Press, Berkeley, 2004.

⁴³ WALKER. **The double outside of the modern international.** *Ephemera/global conflicts, theory and politics in organization*. Vol. 6, No. 1 (2006), pp. 56-69.

⁴⁴ TICKNER, J. Ann. **Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security.** Columbia University Press, 1992.

⁴⁵ ENLOE, Cynthia. **What if patriarchy is “the big picture”? An afterword.** *Gender, conflict, and peacekeeping*, 2005.